



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE SAÚDE, PROMOÇÃO SOCIAL, TRABALHO E MULHER

PRESIDENTE: JULIANA CARDOSO

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA.

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 22/06/2022

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Manifestação fora do microfone
- Exibição de imagens

A SR. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Boa tarde.

Declaro abertos os trabalhos da nona audiência pública semipresencial do ano de 2022 da Comissão de Saúde, Promoção Social, Trabalho e Mulher, convocada para hoje, dia 22 de junho de 2022, com a presença dos Vereadores Alfredinho, Luana Alves e Eduardo Suplicy.

O Presidente desta Comissão, Vereador Felipe Becari pediu a mim que presidisse esta audiência pública. Como Presidente, S.Exa. tem nos deixado bem à vontade para chamar o Governo e dialogar, algo que eu acho muito bom, porque a Comissão é para isso mesmo.

Na pauta desta reunião está o PL 253/2021, que “dispõe sobre a Política Municipal de Atenção a Crianças e Adolescentes em situação de rua e na rua da cidade de São Paulo”, de minha autoria e de coautoria dos Vereadores Eduardo Suplicy, Elaine do Quilombo Periférico, Luana Alves, Professor Toninho Vespoli e do então Vereador Carlos Bezerra, atual Secretário Municipal de Assistência Social, nos termos do Requerimento 7/2022, também de minha autoria juntamente com a Vereadora Luana Alves.

Informo que esta reunião está sendo transmitida pelo portal da Câmara Municipal de São Paulo, no endereço www.saopaulo.sp.leg.br, no *link* AUDITORIOSONLINE e no *link* AUDITORIOVIRTUAL, e pelo canal da Câmara Municipal de São Paulo no YouTube.

As inscrições para participar desta audiência estão abertas no *site* da Câmara Municipal de São Paulo desde o dia 15 de junho de 2022, com o tempo de manifestação de três minutos para cada inscrito.

Peço a todos os participantes que desliguem seus microfones enquanto não estiverem no seu tempo de fala.

Foram convidados para compor a Mesa desta audiência os Srs.: Fabricio Cobra Arbex, Secretário Municipal da Casa Civil; Carlos Bezerra Junior, Secretário Municipal de Assistência Social; Priscila Pereira Alves Scharth Gomes, da Assessoria Técnica do Gabinete em Programas e Projetos Estratégicos da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social; Gustavo Felício Ferreira Pinto, do Conselho Municipal de Assistência

Social; Fabiana Zacarias Cesáreo Feitosa, representante da sociedade civil do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente; Lélío Ferraz de Siqueira Neto, Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado de São Paulo, setor de Defesa de Interesses Difusos e Coletivos; Priscila Akemi Beltrame, da Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB; Tânia Maria Lima Silva, integrante do Fórum Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente; Sueli Maria de Lima Camargo, Executiva da Pastoral do Menor da Arquidiocese de São Paulo, uma das incentivadoras do projeto de lei, e José Antonio de Lima Neto, da Comissão Permanente dos Conselhos Tutelares da Cidade de São Paulo.

Pergunto aos Srs. Vereadores se querem se pronunciar antes da minha fala. (Pausa)

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPLICY – Querida Presidente Juliana Cardoso, demais presentes, boa tarde. Primeiramente agradeço a todos a presença e gostaria de destacar a importância desta audiência pública que hoje debate a Política Municipal de Atenção a Crianças e Adolescentes em situação de rua e na rua da cidade de São Paulo, tema de extrema relevância e complexidade.

Segundo o último censo PopRua feito para Prefeitura, em 2021, havia 676 crianças e adolescentes em São Paulo em situação de rua. O censo também apontou um aumento de famílias em situação de rua.

Eu e minha equipe pudemos dialogar com diversas famílias, com crianças que relataram terem entrado em situação de rua pela primeira vez agora durante a pandemia. Esse crescimento escancara a histórica desigualdade social em nosso País e exige ainda mais a implementação de políticas públicas efetivas para que se garantam os direitos a dignidade de todas e todos.

No momento, a Prefeitura está realizando um censo específico de crianças e adolescentes em situação de rua que trará um importante diagnóstico da situação atual. Esses dados auxiliarão na implementação da Política de Atenção a Crianças e Adolescentes em situação de rua, tema do projeto de lei nº 253, de 2021.

Este projeto foi apresentado na Câmara por Colegas e por mim, inclusive pela

Presidente desta audiência pública Vereadora Juliana Cardoso. O projeto foi produzido a partir de extenso e completo documento elaborado, em 2018, pelo NECA, Núcleo de Estudos da Criança e do Adolescente, em parceria com a Prefeitura, que apresentou subsídios para a elaboração da Política Municipal de Atenção a Crianças e Adolescentes em situação de rua.

O projeto é complexo, intersetorial e estruturante, com diversos pontos importantes com princípios, diretrizes e metodologia. O projeto se estrutura em objetivos a partir de dois eixos: promoção, defesa e controle dos direitos; gestão da Política Municipal de Atenção a Crianças e Adolescentes. A proposta ainda traz importante tema da organização e implantação dos serviços.

Destaco a importância de o Poder Executivo garantir orçamento suficientes para a execução das diversas ações de todas as Secretarias envolvidas no projeto. Estou empenhado para que aprovemos o projeto de lei na Câmara o quanto antes e que a Prefeitura implemente urgentemente a Política de Atenção a Crianças e Adolescentes em situação de rua na cidade de São Paulo. Podem contar comigo.

Gostaria de também dizer que considero importante que possamos logo, da parte do Poder Executivo da União, termos a implantação de fato para todo e qualquer pessoa da Renda Básica de Cidadania, o direito inalienável de todo e qualquer pessoa não importa a sua origem, raça, sexo, idade, condição civil ou socioeconômica, o que inclui todas as crianças e adolescentes a terem o direito a uma renda básica suficiente para atender as suas necessidades vitais.

Portanto, Presidente Juliana, essas são as minhas considerações iniciais.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Muito bem, Vereador Eduardo Suplicy.

Quero chamar também o Júlio, meu companheiro de luta também do Quilombo Periférico, Covereador, para sentar conosco.

Boa tarde a todos, todas e todes. Quero agradecer muito a presença de todos vocês nesta audiência pública. A gente precisa falar e queria falar bem pertinho de Priscila, Gustavo sobre a importância deste projeto de lei.

Estamos com muita expectativa. Expectativa mesmo de construir junto, construir um

projeto de lei que seja aprovado. Temos o entendimento de que este projeto precisa ter uma urgência na aprovação. Era um sonho nosso, Dr. Lélío, que é do Ministério Público, ele ser aprovado antes do recesso, mas sabemos que também tem todas as ações e tem que enxergar ponto a ponto, por isso que consideramos importante fazer esta audiência pública para o PL 253.

Este é um projeto de lei que é sobre uma política municipal, sobre a criança adolescente em situação na rua e na Cidade. Esse projeto trata diretamente da relação dos direitos da criança e adolescente. Claro, a gente já tem o ECA. Claro, a gente já tem políticas importantes do SUAS, mas diante da ausência de um atendimento especializado especificamente para elas e eles e a gente está vivendo em um tempo tão difícil, tão dolorido e onde que está crescendo muito a miséria, a fome, o desemprego, o desespero. É um absurdo termos de voltar ao Mapa da Fome.

Tenho andado aos finais de semana no interior e tenho visto tanta terra e com produção, mas o que acontece? Essa produção fica muito especificamente para o agronegócio. Quando vamos aos assentamentos, lá a galera não passa fome. Pode não ter a mistura porque mistura é cara e, às vezes, ainda tem ali uma galinha, um porquinho, alguma coisa que eles fazem, mas não passam fome no assentamento de agricultura familiar. Fico pensando: “meu Deus, esse mundão de tão grande que a gente tem com água, com terra, a gente ainda tem de passar fome e essa miséria que a gente tem passado.”

Sabemos que na cidade de São Paulo também houve uma falta de entendimento de um governo que não avançou na relação da vacina quando precisava ter avançado. Quando o mundo já estava dizendo que o Covid já estava presente e em algum momento ele iria chegar ao Brasil, a gente ainda assim não conseguiu fazer uma vacinação intensa. Fechamos tudo de uma forma desorganizada e isso acontece que a gente além da falta de economia, ainda proporcionou mais 619 mil famílias que perderam seus empregos e renda e muitos também perderam seus lares. Então, não é à toa que a gente tem visto muitas famílias na rua em todos os lugares – nas ruas e nas tendas - e não é só no Centro da cidade de São Paulo.

Então, as nossas crianças e os nossos adolescentes em situação também não são

fáceis e é visível. Há uma falta de política que é histórica porque ela tem uma imensidade de desigualdade social. Não estou querendo dizer para vocês que é neste governo que temos problemas com a relação à população de rua e, principalmente, da criança em situação de rua. É historicamente que passa por isso. É historicamente que passa pela relação de orçamento. É historicamente passa vinculada a relação de legislação. Quero que vocês saibam que não é porque somos Vereadores de oposição, como estão aqui do PT, do PSOL, mas não temos Vereadores de governo que vamos querer colocar caças às bruxas, mas estamos querendo fazer uma ação muito específica.

Embora a Constituição Federal e o ECA reconheçam que os adolescentes e as crianças são prioridades absolutas, mas ainda existe muito entrave numa política pública de direitos de inclusão a pessoa em situação de vulnerabilidade social. É fato que a prevalência dessas pessoas na rua provoca danos físicos, provoca danos psíquicos, sociais e, principalmente, o desenvolvimento integral da criança que não tem o acesso ao direito.

Sei que hoje estou faladeira, mas prometo que só vou falar mais isso e depois quero ouvir vocês. Eu fico impressionada, por exemplo, quando uma mãe ou um pai, principalmente, chega perto de mim e fala: “É, mas aqui precisa ver essa relação da creche, porque a minha mulher precisa trabalhar e, aí, tem um monte de mulheres que não estão trabalhando e colocam a criança na creche”. Aí eu: “Opa, espera aí. Vamos começar de novo esse seu discurso? O direito da creche é da criança, não é porque você tem de trabalhar ou não. Ela tem o direito, independente se você trabalha ou não. O que tem de ter é vaga na creche. Então, vamos fazer uma discussão diferente?”. Porque a creche é um direito da criança.

Então, quero dizer o seguinte, que este projeto de lei foi incentivado pela Pastoral do Menor, pela Arquidiocese de São Paulo; foi aprovado pelo CMDCA, passando pelo Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente. E o projeto rapidamente ganhou apoio de diversas entidades – umas estão aqui e outras estão virtualmente. E, com tudo isso, o conteúdo e o projeto são frutos de muito debate, e muito mesmo, porque quando esse povo pega para falar, misericórdia. Nós demoramos muito para poder chegar a uma discussão e em um

consenso. Então, ele foi fruto de muito trabalho. E eu preciso dizer uma coisa muito real para vocês: não são pessoas partidárias, fulano do partido A, B ou C. São pessoas que conhecem o ECA e que o construíram desde o início; que construíram o sistema único de Assistência Social; que foram para Brasília e que se sentaram lá dias e dias, debaixo de chuva e de sol para construírem essa política. Então, nós estamos falando dessas pessoas, porque é muito bom deixarmos claro isso, porque, às vezes, fica parecendo assim: “Ah, mas é porque é só o povo que é da Oposição, que quer brigar com o Prefeito”, que isso, que aquilo. Não. é muito mais amplo. É muito mais específico.

Então, quanto ao projeto, nós iniciamos, demos entrada, mas foi com muita rapidez que muitos Vereadores pediram a coautoria: Vereadora Luana Alves; Vereadora Elaine do Quilombo Periférico; Vereador Eduardo Suplicy; Secretário de Assistência Social, Carlos Bezerra, que viu o projeto com muito bom grado; assim como outros companheiros, parlamentares, vereadores e vereadoras.

E nós estamos muito preocupados com o abandono das ruas, o que ocasiona diariamente uma violação de direitos, o que é de extremo risco. Por isso, que nós queremos alinhar as mediações e o retorno do convívio familiar e comunitário.

Por fim, eu queria dizer para vocês que hoje não há programas públicos básicos especializados na qualidade e quantidade para atender a essa população. Nós temos um serviço grande, um serviço amplo, mas não um serviço que enxerga essa especificidade e, aí, o que acontece? Fica perdido no meio do processo. Aí, nem o Conselho Tutelar consegue, muitas vezes, dar conta do processo; a Secretaria de Assistência Social olha o problema, mas fala assim: “Por onde que nós vamos?”, se não dá conta, e, aí, nós acabamos, no final das contas, não tendo uma capacidade de enxergar essas pessoas que ficam na vulnerabilidade. E não é por falta de recurso, dinheiro tem. E sabem o que mais me deixa pensativa? É que nós temos muita gente técnica e boa, que também tem um caminho que sabe fazer, mas, muitas vezes, nós ficamos brigando ou sei lá o que acontece.

Enfim, o PL 253 ressalta literalmente de entregar os serviços especializados de

abordagem social dos centros de referência para criança e adolescente em situação de rua e o trabalho social com as famílias, inclusive com a atenção para o trabalho infantil, que está desesperador. Desesperador. Violência sexual, então, é sempre, mas ela está muito mais agora. Aliás, meninos e meninas estão se vendendo para terem um prato de comida. Esta que é a realidade do Brasil, não é só aqui em São Paulo.

Então, as crianças e os adolescentes precisam ser tratados com muita dignidade e através de políticas públicas efetivas e permanentes, independente das mudanças das gestões municipais e a realidade de um atual sistema de garantia de direitos. Só terá condições de atender os direitos se for complementado com equipamentos e serviços especializados. Este que é o nosso pleito e por isso que os serviços de acolhimento não podem se constituir em espaços de segregação, isolamento e discriminação. Mas eles devem oferecer condições de convívio e hoje este é o nosso principal gargalo.

É um projeto que já foi aprovado em 1ª votação e nós estamos querendo discuti-lo no Plenário para a 2ª votação. Ele já reúne condições de ser votado, mas nós não queremos. Por isso que eu estou insistindo muito com vocês. Nós não queremos votar um projeto que não vai ser sancionado e por isso que nós estamos querendo construir com vocês. E para esta audiência pública foram convidadas todas essas pessoas que eu já falei. E eu também quero chamar a minha amiga, companheira... A primeira vez que eu cheguei na Câmara... Não sei se vocês conhecem um pouquinho a minha história. Eu estou em meu quarto mandato. Estou indo embora, já. Mas a primeira pessoa que eu vi guerreando e falando sobre a relação da criança e adolescente, juventude e conselho tutelar foi a Neia. Então, Neia, por favor, componha a mesa conosco. E a Neia vai representar a comissão permanente dos conselhos tutelares. E eu estou vendo aqui um outro Promotor muitíssimo respeitado, Dr. Eduardo Dias, que está aqui como Procurador, e que também me ensinou e me ensina muito nesta trajetória. Então, fique à vontade se o senhor quiser ficar conosco aqui, na mesa. Vou ficar muito feliz em ouvi-lo neste debate, porque o senhor trabalha diretamente na relação da criança, adolescente, juventude e nos ajudou muito a construirmos este projeto de lei.

Pronto. Como eu falei que estou faladeira, parei de falar. Só vou ouvir. Mas antes, Lu, tem um time aqui que eu acho que você vai querer ouvir. Tem um time lindo que está aqui, que vai se apresentar para nós. Então, se eu fosse você, eu primeiro os ouviria para, depois, falar.

Vou chamar os meninos da ONG Samaritano São Francisco de Assis, e o José Bernardino e os meninos que vão, depois, se apresentar. E o José eu também conheço desde sempre, das nossas pastorais, das nossas comunidades de base da igreja católica. Ele sempre nos ajudando com esse vozeirão. Vocês vão ouvir. José, seja muito bem-vindo a esta Casa.

É com você.

O SR. JOSÉ BERNARDINO – Boa tarde.

Primeiro, quero agradecer o convite pela Sueli, da Pastoral do Menor da Arquidiocese.

Só para reforçar que os nossos adolescentes são da região do Jabaquara, zona Sul de São Paulo. Atendemos mais de 120 crianças no CCA, que é um Centro para Crianças e Adolescentes, atendemos ali três comunidades que vivem em situação de vulnerabilidade social naquela região, próxima de uma região tão rica como o Jabaquara e Aeroporto de Congonhas, mas temos sim essa luta de poder trazer dignidade e direitos para as crianças e para os adolescentes do CCA Santa Rita de Cássia.

Então, vamos trazer para vocês duas canções que trazem letras históricas e importantes para este momento que vivemos, buscando esse direito desse projeto de lei para criança e adolescente de rua. Vou fazer a abertura da primeira música, “*Menor Abandonado*”, composta pelo Padre Zezinho, e que tem uma história, foi feita na década de 70, mas que é tão real para os dias de hoje. Então quem conhece canta comigo, quem não conhece busque ouvi-la porque tem uma letra bem significativa.

- Apresentação musical.

O SR. JOSÉ BERNARDINO – Trago uma outra composição, uma música de um compositor nordestino, do Estado do Ceará, chama-se Tião Simpatia. Ele fez uma música para

os projetos que eram desenvolvidos com crianças e adolescentes de rua nas cidades da região de Fortaleza. Uma música que também vem ao encontro do que estamos buscando, que são políticas públicas para essas crianças e adolescentes que vivem em situação de rua e na rua.

- Apresentação musical.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Maravilhoso. Eu venho da Pastoral Belém, Gustavo e Priscila, e o nosso Dom era o Dom Luciano Mendes. E ele nos falava o seguinte, eu tinha 12 anos: se você acender uma luz na vida de uma criança, essa criança será a luz da sua vida. Então, é por esse ensinamento que estamos aqui hoje construindo e tentando construir políticas públicas e parceiros.

E quero que vocês se apresentem, crianças, de onde são, o que fazem, qual o nome de vocês.

A JOVEM LÍVIA - Lívia, eu moro na Av. Estevão Mendonça, no Jabaquara.

O JOVEM ALEXANDRE IUGO – Oi, meu nome é Alexandre Iugo, tenho 14 anos e moro na região do Jabaquara e vim apresentar essa música para vocês. É isso.

Obrigado.

A SRA. SUELI MARIA DE LIMA CAMARGO – Nós que agradecemos a presença de vocês. Coisa linda.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana) – Vocês já vieram à Câmara? Muito bom.

A SRA. SUELI MARIA DE LIMA CAMARGO – Primeira vez? Que coisa boa.

A JOVEM JASMIN – Meu nome é Jasmin, eu tenho 10 anos, moro na Av. Jabaquara e sou do CJ Santa Rita de Cássia.

A JOVEM ISABELA – Meu nome é Isabela, tenho 13 anos, moro na av. Jabaquara e estudo no CCA Santa Rita de Cássia.

O JOVEM CAÍQUE – Meu nome é Caíque, tenho 14 anos e moro na região Jabaquara também.

A SRA. SUELI MARIA DE LIMA CAMARGO – Obrigada. Vamos aplaudir a criançada, gente? (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Meninos, olhem aqui para mim: eu, a Vereadora Luana, o Vereador Alfredinho, Covereador Júlio, do Quilombo Periférico, é possível vocês ocuparem esse espaço e vocês têm que construir para pensar em políticas públicas, para a gente poder devolver para a classe trabalhadora, para as mulheres, principalmente para as crianças, que precisam de políticas públicas.

Sejam muito bem-vindos. Esta Casa é de vocês. Se quiserem sentar com a gente na Mesa, eu vou ficar muito feliz porque vai abrilhantar a nossa caminhada, afinal de contas nós estamos falando de vocês.

Tem a palavra a nobre Vereadora Luana Alves.

A SRA. LUANA ALVES – Bem-vindas, crianças, à Câmara Municipal de São Paulo. Boa tarde a todos que estão presentes tanto presencialmente, quanto de forma on-line. Peço desculpas por não poder estar presente, porque estou com uma gripe forte, então resolvi, por segurança, estar de forma *on-line*.

Eu gostaria de perguntar à Mesa se tem representantes do Executivo aqui. Se tem de SMADS, de Gestão, Direitos Humanos.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Temos a presença da Sra. Priscila, representando o Secretário de Assistência Social; e o Sr. Gustavo, do Conselho Municipal de Assistência Social. Não sei se já chegou alguém da Secretaria de Casa Civil. A Sra. Mariana, da Secretaria de Governo, acabou de chegar. E o Dr. Lélío, que é Promotor de Justiça da Infância e Juventude de São Paulo, também está conosco.

A SRA. LUANA ALVES – Ah, *okay*. Eu fiz essa pergunta para saber o quanto a gente vai conseguir desenvolver uma interlocução boa entre nós, do Legislativo, a sociedade civil, os movimentos sociais pela infância e juventude e os representantes do Executivo. Acho importante que esteja na Mesa mesmo a Secretaria de Governo para a gente conseguir debater sobre este PL.

Agradeço pela oportunidade de fazer parte dessa luta de muitos anos, que envolve o Neca, envolve a Pastoral, envolve uma elaboração conjunta com os grupos relacionados a

projetos com crianças de rua.

É uma honra poder ser coautora deste projeto e tenho certeza de que a gente vai conseguir aprová-lo. Como a Vereadora Juliana falou, não se trata de projeto de oposição, mas de uma política pública inovadora para tratar dessa questão que, a cada dia, se intensifica mais.

Quando a gente fala de pessoas que estão nas ruas, famílias, adultos, crianças, a gente fala de processo de desigualdade, de violência, de perda de renda, de todo tipo de exclusão que acontece. E, ao mesmo tempo que são processos sociais, também existem as famílias, as individualidades, todas essas questões que estão colocadas.

E quando a gente fala especificamente de crianças que estão em situação de rua, a coisa fica ainda com mais camadas. A gente sabe que é muito diverso e que a política pública tem que conseguir acertar. Existem crianças que estão na rua há pouquíssimo tempo, desde a pandemia, como falou o Vereador Eduardo Suplicy. Aliás, a gente está vendo um aumento muito grande de crianças que estão nas ruas desde a pandemia. Também tem muitas crianças que nasceram de famílias que moram na rua há muito tempo, muitas crianças ficam na rua por alguns dias, de fim de semana, e vão para as suas casas, muitas vezes, na periferia de São Paulo.

Então, são tantas dinâmicas diferentes entre as crianças que ficam nas ruas, mas todas elas estão sujeitas à violação de direito, e não só do ponto de vista da falta de política pública, mas de tudo quanto é rede de exploração, de aliciamento, de abuso do ponto de vista da capacidade laboral dessa criança para gerar lucro para alguém; ou algum tipo de abuso sexual, que também infelizmente é muito comum.

A gente precisa de uma política pública que resguarde essas crianças de mais violações de direito e que seja realista. E este PL é feito por pessoas que conhecem a realidade das crianças que vivem na rua e que sabem que não dá para a gente ter uma política simplesmente pelo que a gente acha certo, mas pelas necessidades que estão colocadas pela realidade.

Muitas vezes, existe a ideia de que políticas compulsórias de acolhimento sejam a solução, mas não é a solução. Não tem como a gente propor uma política tão totalizante para

um problema tão complexo. Não dá para a gente ditar como única opção para essa criança simplesmente que ela vai para um lugar, que ela vai perder todas as referências que ela tem mesmo numa situação de rua e que ela vai ficar completamente sozinha num lugar precário, enfim. Realmente é muito difícil.

E este projeto propõe algumas políticas muito interessantes. A primeira é um comitê permanente para interlocução entre as Secretarias de Gestão, Direitos Humanos, SMADS, e a sociedade civil, para acompanhar essa política.

Então, eu acho esse comitê uma das coisas mais importante deste projeto de lei, para a gente conseguir sempre ir trocando experiência e para quem está na ponta, quem está ali atendendo e fazendo abordagem, conseguir também influenciar na política pública. Isso é muito importante para a interlocução e esse espaço para o trabalhador de Assistência, de Direitos Humanos, que está na ponta, ou mesmo da Saúde, conseguir ter uma voz na elaboração e no acompanhamento da política.

Outra coisa que eu acho muito importante neste projeto é uma abordagem específica com crianças. A gente sabe que existe um serviço de abordagem, dos direitos humanos, que oferecem a possibilidade de um acolhimento, de um abrigamento, mas são serviços que não são serviços longitudinais.

Esses serviços funcionam assim: por exemplo, alguém pode abordar uma criança que está na rua num certo dia, numa segunda-feira, e no outro dia, numa quinta-feira, outra pessoa que fará aquela abordagem; e não se tem um acompanhamento dessa criança. Então, aquele profissional coloca na planilha de forma quantitativa aquela criança, mas não faz um acompanhamento qualitativo, portanto, não se tem um mapeamento da dinâmica de circulação dessa criança na rua.

A gente sabe que quem mora na rua tem uma dinâmica de circulação: ela toma café num lugar, ela almoça em outro lugar, ela tem certas pessoas que são referência, ela pode estar sujeita à rede de aliciamento. Então, é muito importante que, se tenha um serviço de abordagem específico, com método para criança, que saiba lidar com crianças e adolescentes que já estão

tendo os seus direitos violados, já é uma criança ferida, por isso tem que ter esse serviço de acolhimento específico e que se conheça essas crianças. Isso é muito importante e não acontece hoje. Se eu não me engano, já houve esse serviço, mas ele foi descontinuado.

Uma segunda inovação deste PL que eu acho muito importante também é o fato de propor um centro de convivência, algo que hoje não existe. Existe um serviço de acolhimento para crianças e existe centro de convivência de adultos, mas, especificamente, de crianças não tem um lugar em que elas não fiquem presas e onde elas consigam criar vínculos de confiança com os profissionais, que é o mais importante; onde elas consigam fazer atividades educativas, pedagógicas, que elas tomem banho, possam se alimentar, e que não seja um lugar de restrição. Isso é uma coisa muito importante. Não existe um serviço meio termo. Existe o centro de convivência para adultos em situação de rua, e que não é um ambiente adequado para crianças, porque são ciclos de vida diferentes. E tem o outro serviço, que é o da internação, do acolhimento das crianças. Então esse serviço intermediário que possa ser de fortalecimento de vínculo com profissional psicólogo, pedagogo, técnico. Enfim, conhecer aquela criança, conhecer aquela realidade. Ela ir um dia e ela poder ir embora, ela poder voltar no outro dia, ela poder voltar no outro. E que esse serviço seja 24 horas. Isso também é muito importante. Hoje não temos serviço 24 horas nem para abordagem social de crianças e nem um serviço específico para crianças em situação de rua que seja 24 horas. E sabemos que muitas violências acontecem de madrugada. Pode ser que muitas crianças procurem um espaço de acolhimento, em que elas se sintam seguras, de madrugada, por exemplo. Isso não acontece. Hoje não tem esse serviço, não tem essa política. Então conseguirmos ter esse serviço de convivência que seja 24 horas é muito importante.

Finalmente, tem que ter também o serviço de acolhimento mesmo, que não seria de convivência, mas de acolhimento, mas que seja feito junto com esse serviço de convivência. Então a criança está na rua, é abordada por um profissional e pode, por exemplo, ir para um centro de convivência, e, a partir daí, ganhar confiança, e, daí, ir, caso ela queira, para o serviço de acolhimento.

O que acontece hoje é um efeito muito perverso da maneira como a política pública hoje é feita: uma criança pode abordada na rua por um técnico pode aceitar ir para um serviço de acolhimento, e ela pode querer ir embora no dia seguinte, por diversos motivos – seja porque ela tenha uma referência em alguém que está na rua; porque pode estar em abstinência, caso seja uma criança que faz uso de alguma substância. Ela pode, por mil motivos, não querer estar mais naquele serviço. E o termo para caso ela saia é evada, um termo que inspira uma coisa de prisão mesmo. E caso ela evada ela fica quase que fichada, ela não volta para aquele serviço, ela não vai ser aceita de nova naquele serviço. E aí você quebra qualquer possibilidade de confiança.

Conseguirmos ter um serviço de acolhimento que não seja um serviço que vá criminalizar uma criança que queira sair, mas que pense mais no vínculo com ela, é a melhor política pública que podemos ter, porque é muito difícil criar vínculos de confiança com criança que tem o seu direito negado, que tem o seu direito violado, porque são crianças que já passaram por quebra de confiança gigantescas, são crianças que já passaram por violências enormes. E não dá para a política pública, nós, do Poder Público, não sabermos lidar com isso. Então, se conseguirmos ter serviço de abordagem específica longitudinal, se conseguirmos ter um serviço de convivência para fortalecimento de vínculo, atividade pedagógica, alimentação, banho, e, ligado a esse serviço de convivência, um serviço de acolhimento, é a melhor opção que podemos ter. E que consigamos envolver todos os atores que são da política pública – que envolva a escola, saúde, conselho tutelar. Porque muitas vezes temos ali cada um fazendo o seu pedaço com a mesma família. Temos a Assistência acompanhando uma criança e uma família. Aí a UBS tem uma ficha daquela criança que pode ter se ferido e pode ter passado na UBS. A escola vai ter uma ficha de uma criança que evadiu da escola. E não essas políticas públicas não conversam. E isso, inclusive, porque, no caso da criança que está em situação de rua, na rua, que fique permanentemente na rua ou que faça o movimento de ir e voltar para casa, essa criança não tem o serviço que vá unificar tudo sobre ela, não tem o serviço que vá conseguir fazer uma coordenação do cuidado dessa criança. Então esse PL propõe uma política inovadora,

que é urgente, porque estamos cansados de ver crianças que estão em situação de rua, que passam por violência, que passam frio, que passam fome, e que muitas vezes vêm a falecer. E eu sei que muitos que são lutadores há muito tempo já viram casos desses, já tiveram que enterrar criança em situação de rua. Se não tivermos uma política pública inovadora como a que está sendo apresentada neste PL, isso vai continuar acontecendo.

Eu estou muito feliz com esse PL. Espero muito escutar por parte de vocês, que são dos movimentos sociais, da pastoral, do Neca. E escutar também do Executivo qual é de fato a possibilidade de conseguirmos aprovar em segunda e implementar a política inovadora que está sendo colocada por este PL. É isso, Juliana. Eu já falei para caramba também.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Hoje nós estamos faladeiras, não é, Lu? Muito bem. É isso aí.

Agora eu vou passar para o Júlio, Coveador.

Eu vou somente combinar os tempos.

Temos até 15 horas para ficar aqui. Então peço, por gentileza, para quem for do Governo não sair antes do nosso horário, porque nós temos um time para falar.

Depois da fala do Júlio, que é Coveador do Quilombo Periférico, nós vamos fazer duas intervenções do movimento, que é a Tânia e a Sueli. Aí passamos para a Mariana, para a Priscila, para que falem um pouquinho conosco. E aí serão feitas as intervenções do Dr. Lélío, do Ministério Público. Depois, a fala da Defensoria Pública, que acabou de chegar – já chamo para a Mesa – a Dra. Camila. E a fala da Priscila, da Comissão da OAB. Aí, a fala do CMDCA, que é da Fabiana, está offline. Estão tentando ainda, mas o microfone não está funcionando. Depois, a fala do Gustavo; do José Antônio Lima, que é da Comissão Permanente. E as considerações finais.

Ficaremos aqui até 15 horas. Então o que vamos fazer: intercalar uma pessoa da Mesa e uma pessoa do plenário ou que está inscrito no virtual. Quando for 15 horas, eu não tenho jeito nessa minha vida de continuar o plenário. Por que eu estou falando isso? Não é por conta de que você vai falar, não, tá, Júlio? É para todo mundo. Eu falei demais, falei muito, me

perdoem. Mas precisamos ser objetivos, para podermos fazer tudo e termos as considerações finais do nosso Governo.

Júlio, é com você.

O SR. JÚLIO CÉZAR DE ANDRADE – Boa tarde a todas, boa tarde a todos.

Meu nome é Júlio César de Andrade, estou aqui representando a Vereadora Elaine, da Mandata Coletiva Quilombo Periférico, do qual também sou vereador. E a nós assinamos a coautoria desse projeto de lei 253/2021.

“A fome é um soco no estômago. A cor da fome é amarela. A tontura da fome é pior do que o álcool, porque o álcool faz cantar. Quando a gente tem pão, a gente come. Quando a gente não tem, a gente chora” – Carolina Maria de Jesus.

Estamos no mês de junho, há aproximadamente quase 20 dias para celebrarmos os 32 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente. E uma conjuntura que expressa de forma concreta, objetiva, a violência contra os corpos, mentes e corações das filhas e filhos da classe trabalhadora, em especial, nossas infâncias, adolescências e juventudes, em uma conjuntura que corta por 20 anos o investimento em políticas sociais, em uma conjuntura na qual prolifera o ódio, banaliza e naturaliza a violência, o estupro e as mortes, em especial, de infâncias, adolescências e juventudes pretinhas e pretinhos periféricos, que têm sentido no seu cotidiano o impacto do racismo estrutural, do desemprego, e, nas condições socioeconômicas de suas famílias.

A situação de rua e na rua expressa a ausência do Estado de forma objetiva no investimento direto de políticas sociais e um déficit na cidade de São Paulo de, aproximadamente, 500 mil vagas para os serviços de convivência e fortalecimento de vínculos e, nos últimos quatro anos, o fechamento de 60 serviços da proteção básica.

Como muito bem apresentado pelo companheiro Suplicy, 683 crianças e adolescentes em situação de rua e na rua. Isso foi diagnosticado e levantado pelo serviço de abordagem de rua, fora os casos omissos.

Uma vez que não temos na cidade serviços especializados de abordagem de rua

para crianças e adolescentes na região central e nas periferias da cidade, bem como ausência de serviços de convivência para crianças e adolescentes em situação de rua e na rua.

Onde o Estado esteve e está com a quantidade de crianças e adolescentes que se encontram em processo de trabalho infantil, exploração sexual, violência doméstica entre tantas outras opressões resultantes das contradições entre o capital e o trabalho que nós do Serviço Social chamamos de expressões da questão social.

Quais as medidas de proteção efetiva, uma vez que os órgãos de defesa, promoção, proteção e controle são insuficientes diante da conjuntura da Covid e do aumento da pobreza que atinge e aumenta a fome de forma objetiva nos corpos da população preta, pobre e periférica, corpos de crianças e adolescentes de famílias chefiadas por mulheres?

A mandata coletiva Quilombo Periférico por uma São Paulo sem racismo, defende de maneira incondicional o PL 253. Primeiramente, pela compreensão do atendimento especializado, humanizado, por equipe interdisciplinar e intersectorial, que tem na sua essência a política de proteção integral, as previsões do Estatuto da Criança e do Adolescente, assim como as resoluções nacionais e internacionais de Direitos Humanos.

A aprovação desse PL em consonância com os princípios da elaboração, apresentados pela sociedade civil, por meio do grupo GT do PL 253, que tem de forma comprometida primado e exigido, por meio desse PL, a responsabilidade do Poder Público, no atendimento especializado, por meio de política pública efetiva e concreta nesta cidade.

Portanto, o PL 253 vai fazer memória a: Joilson de Jesus, Kerô, Ítalo, Kauane, a Pixote, ao Wesley e tantas outras vidas de infâncias, adolescências, juventudes que vêm sofrendo infanticídio e genocídio por ação e omissão do Estado e do Poder Público. Porque não se mata só com a bala, mas, também, pela ausência de políticas públicas de saúde, educação e assistência.

Sendo assim, o nosso compromisso, enquanto mandata coletiva na coautoria é de trazer a radicalidade e o compromisso em conjunto com o que o movimento da infância vem construindo, assim como a companheira proponente da mesa, Juliana Cardoso. O nosso

compromisso é com a defesa da proteção integral de crianças e adolescentes em situação de rua, que tem gênero, tem raça, classe e cor.

Por isso, finalizamos dizendo: criança de rua tem pressa.

Muito obrigado. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Obrigada, Júlio.

Então, como nós estamos num horário em que as crianças precisam voltar para seus lares e para escola. Estão indo embora, mas querem dar o seu recado.

Então, sente-se aqui na presidência.

O JOVEM ALEXANDRE IUGO – Olha, eu não tenho muito o que falar. Só espero que a política pública seja aprovada.

Obrigado. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Obrigada, pela presença de vocês. Que voltem mais vezes. É muito bom quando as crianças ocupam esse espaço e já vão aprendendo, desde pequenas, sobre o espaço público.

Bom, agora, vamos fazer o seguinte: conversar com a Tânia Maria, que é do Fórum dos Direitos da Criança e do Adolescente que dividirá o tempo dela com a Sueli Camargo, da Pastoral do Menor da Arquidiocese de São Paulo.

Elas irão falar sobre os pontos do Projeto de Lei nessa apresentação que vai ser passada pelo telão. Com vocês, meninas.

A SRA. TÂNIA MARIA LIMA SILVA – Boa tarde a todos e todas. É um prazer estar nesta Casa, falando sobre a importância do PL 253/21, dentro da sua essência para atender crianças e adolescentes em situação de rua e na rua.

Antes de falar, quero dizer que sou a Tânia. Trabalho na Fundação Projeto Travessia, que atua há 27 anos com crianças e adolescentes em situação de rua e na rua, no centro histórico de São Paulo. Venho numa luta constante, desde a sua essência, acreditando que é possível transformar vidas.

Posto isso, também estou e representou hoje o Fórum Regional da Sé e também o

Fórum Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São Paulo. Essa sou eu.

Para falarmos um pouco do histórico de onde começamos, recomeçamos e onde estamos, é importante dizer que eu, enquanto trabalhadora, vi muitos meninos e meninas serem mortos, assassinados nesta cidade. Então, eu venho falar da minha vivência e experiência com relação à criança e adolescente em situação de rua.

- A oradora passa a referir-se a imagens exibidas na tela de projeção.

A SRA. TÂNIA MARIA LIMA SILVA – O nosso processo, enquanto trabalhador, se inicia no ano de 2013 a 2014, com o fechamento de dois serviços que, na época, existiam: ECA, situado na Rua Riachuelo, Espaço de Convivência para Criança e Adolescente; e o Projeto Moinho, situado na Júlio Prestes. Tínhamos esses dois espaços.

No decorrer do processo, em 2014, esses dois serviços foram fechados. A partir daí, tivemos uma recorrência de mortes de meninos e meninas na região central no ano de 2014.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Você só vai falando assim, passa a próxima.

A SRA. TÂNIA MARIA LIMA SILVA – Tá. E o que acontece em 2014? Os trabalhadores e os serviços, muitos estão aqui – obrigada por estarem aqui, na pessoa do Wellington que trabalhava no Taiguara e sabe da nossa luta e da nossa briga, como outros trabalhadores que aqui estão, como o Consultório na Rua, que também sabe da dificuldade do nosso trabalho, dentro da nossa dinâmica e da especificidade dessas crianças e adolescentes.

Com o fechamento, tivemos uma recorrência de assassinatos na região central. No período de um ano, faleceram ou foram assassinados seis adolescentes. Nesse processo, fizemos o primeiro ato contra o silenciamento de crianças e adolescentes em situação de rua. Mas ainda ficamos muito indignados porque nada aconteceu e foi visto.

Em 2014, morre o nosso Mateus. Não sei se vocês conhecem, mas muitos dos que trabalham na rua sabem quem era o Mateusinho. Quando ele morre, fazemos um segundo ato, mas um ato para a gente falar o seguinte: “não queremos mais mortes de crianças e adolescentes em situação de rua e na rua cometida pela cidade, pelo Estado, pelo Executivo,

Poder Público. Todos que deveriam ter a sua responsabilidade”.

Em 2015, iniciamos um processo de dar visibilidade e notoriedade às crianças e adolescentes em situação de rua.

Pode passar o *slide* até chegar 2015, por favor.

Em 2015, fazemos nossa primeira audiência, convidando os adolescentes que ali estavam em situação de rua e na rua para ocuparem a Defensoria Pública, na Boa Vista, e fazer um ato para eles terem voz. Muitos de nós trabalhadores fomos criticados, porque estávamos colocando os meninos e as meninas em situação vexatória. Foi essa a conclusão que ouvimos, à época, quando fizemos a audiência com as crianças e adolescentes.

É muito difícil, gente, falar, porque vamos rememorando e vivendo o que passamos ao longo do tempo. Por isso chegar aqui e falar do PL 253 é muito bom, mas ao mesmo tempo é muito sofrido, porque vamos falar de tempo e esse tempo, às vezes, tem muitas marcas. Nós vimos muitos meninos e meninas serem assassinados, estarem mortos e havia muita vida pela frente, mas não tiveram uma política, não tiveram um olhar e não tiveram uma atenção, infelizmente.

Em 2015, fizemos essa audiência, que foi o começo de tudo. Foi onde começamos a negociar: sociedade civil e trabalhadores com o CMDCA e com o Comas, e foi montado um GT, a partir dessa audiência.

Pode passar o *slide*.

E, nessa audiência, o que tivemos como proposta para discutirmos e que eram reivindicações dos trabalhadores? Primeiro, realizar um estudo sobre crianças e adolescentes em situação de rua e na rua, com participação dos agentes de atendimento, organizar e elaborar o cronograma de metodologia para discussão, a partir da realização do seminário, com apresentação de um marco teórico para as discussões e também apresentar minuta de resolução em conjunto com CMDCA e Comas, que infelizmente não ocorreu. Mas, tudo bem, sigamos.

Nesse GT, houve a construção de muitos trabalhadores da saúde, da assistência, enfim, das diversas secretarias, da sociedade civil, ONGs, para também compor o grupo. E

assim, no dia 27 de julho de 2016, nasce a proposta de ter uma política pública integrada voltada ao atendimento de crianças e adolescentes na nossa cidade. A partir daí, tivemos a colaboração da Sueli Camargo, que se encontra na Mesa e que, na época, estava na gestão do CMDCA e conduziu os trabalhos e se iniciou toda a discussão.

Pode passar o *slide*.

Houve a nossa primeira apresentação na audiência convencional. Foi apresentado qual seria o nosso objetivo, dentro do GT e tivemos a principal reivindicação dos trabalhadores que foi a ampliação dos membros do GT, porque na época só estava o Poder Público. Nós queríamos que a sociedade civil também fizesse parte desse GT, porque somos nós educadores sociais, trabalhadores da assistência e da saúde que sabem qual a dificuldade que enfrentamos na burocracia das políticas. É importante dizer isso.

Quando estamos com uma criança ou adolescente em situação de rua e que vamos buscar qualquer assistência, seja ela em qualquer nível da sua necessidade, encontramos burocracia. Encontramos, por exemplo, pessoas que falam assim: “Precisamos do RG.” Como? Não tem RG, e não atende? Por que não atende? É disso que estamos falando quando dizemos especificidades. Como vamos pedir documento para uma família que teve na sua moradia enchente, e alagou? Temos que compreender isso também.

Estamos falando de um PL que traz na sua essência uma especificidade para o atendimento de criança e adolescente em situação de rua e na rua. Não é burocracia.

Com a construção do GT, houve a participação de mais de 171 pessoas, profissionais, militantes que compuseram o GT na proposta e na ideia de que hoje, Vereadora Juliana, daremos início realmente para que tenhamos uma política de atendimento à criança e ao adolescente na cidade de São Paulo.

Depois do GT, com essas pessoas, foi feita uma redistribuição, porque queríamos que fosse ouvida toda a cidade com relação as suas demandas, não ficasse apenas na região central. Entendíamos que os territórios têm crianças e adolescentes em situação de rua e na rua. E assim foram feitas as audiências públicas subsidiadas nas subprefeituras à época, para que

todos pudessem falar um pouco das suas demandas e das suas necessidades.

Pode passar.

No dia 25/05/2017, tivemos a nossa audiência lúdica para que os meninos e meninas pudessem falar e expressar as suas necessidades e as suas angústias. Foram montadas várias tendas que tinham como tema: moradia, saúde, educação, desejo, sonhos, papo reto, onde os meninos conseguiram falar e expressar as suas vontades, desejos, necessidades que cometiam com eles na situação de rua e na rua.

Pode passar.

Chegamos ao fim do processo, que não foi tão final. Chegamos na apresentação do resultado dos trabalhos. Na época, foi o Neca que fez toda essa compilação das informações, sistematizou, coordenado com a Sueli. Essa compilação foi feita num documento chamado “Subsídio para elaboração de uma política de atenção a crianças e adolescentes em situação de rua e na rua.” Esse foi o documento feito e, em 2017, gostaríamos que aquela minuta, que havíamos colocado no início, fosse aprovado pelo CMDCA e pelo Comas para que realmente esse documento tivesse os dados tão importantes qualitativos e quantitativos que precisávamos para pensar numa política de atenção à criança e adolescente em situação de rua e na rua.

Próximo.

Por fim, em 2020, com a pandemia, tivemos um chamamento – eu posso falar – a Pastoral e a Fundação Projeto Travessia, por meio do coletivo Rede de Diálogos Intersetoriais da Região Central, na pessoa da Miriam, que também se encontra aqui, para discutirmos qual era a necessidade da região central. Nessa conversa, conseguimos perceber que a situação de rua ainda era algo que acometia as angústias, o anseio da sociedade, dos trabalhadores, de todos os presentes. Apresentamos à Rede Diálogos esse Subsídio e falamos: não vamos reinventar a roda, vamos partir desse documento e trabalhar nele. E assim foi no ano de 2020 e 2021, em que fizemos *lives* pelo Facebook, discussões com os serviços ali presentes de saúde, assistência, educação com o tema voltado à criança e adolescente em situação de rua e na rua.

No ano de 2021, começamos a fazer novas articulações com o CMDCA, com o

Comas para questionar a não aprovação dessa minuta e, a partir daí, convidamos, apresentamos a proposta do PL para a Vereadora Juliana Cardoso, que prontamente se colocou à disposição e começou também a defender o PL 253/2021.

Nesse momento, a gente fica muito feliz. Eu estou falando aqui de um histórico de nove anos de caminhada, mas a gente sabe que não vamos ter isso tão logo, porque é um processo. Aprovar a política é uma coisa, executar a política é outra, ter orçamento para essa política é outra, então temos muita estrada ainda para percorrer.

Encerro a minha fala dizendo que, quando eu terminar de falar o nome das pessoas que nós contabilizamos, que conhecemos, com quem tivemos trabalho, vocês digam “presente”. De 2014 a 2022, Raio de Luar, Anália, Zoe, Natasha, Mateus, Jonas, Marquinhos, Isac, Cleverton, Oliver, Johny, João Vitor, Douglas, Renan, Maxwel, Edivânio, Carlos, Wesley e, ultimamente, recentemente, nem três meses, Gustavo. (Palmas)

- A cada nome pronunciado pela oradora, a plateia diz “presente”.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Muito bom. Su.

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPPLY – Pela ordem, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Pela ordem.

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPPLY – Às 14h se inicia a Comissão de Educação, Cultura e Esportes, da qual sou titular, e preciso me ausentar. Se terminar lá, eu volto para cá.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Okay. Hoje é dia de comissões, terças e quartas; são comissões que funcionam quase o dia inteiro aqui, então os vereadores vão andando pelas suas comissões.

Obrigada, Vereador Eduardo Suplicy, sempre Senador, pela sua presença.

Sueli.

A SRA. SUELI MARIA DE LIMA CAMARGO – Pronto. Gente, boa tarde. Eu vou falar daqui, não vou lá na mesa por dificuldades de leitura, eu vou ler aqui o texto.

É uma alegria estar aqui e é bom dizer que eu sou teimosa, muito teimosa. Vocês

viram que é um processo que começou em 2015 por um cargo junto ao CMDCA e nós estamos aqui hoje. E não acabou, e assim, é gratificante viver esse processo democrático, e é tão democrático que ele não terminou ainda. Hoje nós vamos estar contribuindo mais ainda com ele.

Eu também costumo dizer que, se tudo isso, que eu tenho certeza que não, vai ter que ser implantado determinado serviço, mas na hipótese de não dar em nada, então se eu não chegar na praia, eu garanto para vocês que eu aprendi a nadar, porque isso é uma sociedade civil consciente do seu papel; que é bonitinha mas não é para enfeitar, não, é para incomodar. Eu adoro incomodar, então eu garanto para vocês que nós aprendemos a nadar. Não aprendemos, Tânia? Não aprendemos, Júlio? Foi um processo, está sendo um processo muito rico.

Então eu vou apresentar aqui para vocês agora a síntese.

- A oradora passa a referir-se a imagens exibidas na tela de projeção.

Ah, eu lamento, lamento hoje o CMDCA, que é o órgão competente para propor política pública, não está aqui compondo essa mesa oficialmente; não ter recebido e respondido ao ofício e estar aqui conosco, sendo que ele nasce lá no CMDCA. A Pastoral do Menor, como membro do Conselho que articula isso, mas representando o CMDCA, sendo uma conselheira, lamento a ausência dele na mesa hoje.

Bom, então eu vou apresentar para vocês, gente, a síntese do... O ofício foi enviado, sim, então confirmado, o ofício foi enviado e eu também confirmei.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Só para dizer que o Dem não está conseguindo entrar, ele já mandou uma mensagem aqui, mas ele está sabendo.

A SRA. SUELI MARIA DE LIMA CAMARGO – Ótimo, perfeito, porque toda essa riqueza tem muito do órgão que é competente para isso.

Eu vou apresentar a síntese do processo, do jeitinho que ele está e que nós ainda estamos em processo de contribuição, de construção. Vamos lá. Eu vou me sentar aqui, porque eu sou pequenininha.

É o Projeto de Lei 253/21, que dispõe sobre política pública municipal de atenção à

criança e ao adolescente em situação de e na rua da cidade de São Paulo.

Em frente.

Já vimos hoje que ele foi, até então, como os autores Juliana Cardoso e Eduardo Suplicy, Luana Alves, Elaine do Quilombo Periférico, Carlos Bezerra e Toninho Vespoli, a quem nós agradecemos profundamente a contribuição, a dedicação e o testemunho que, na verdade, esses vereadores têm dado durante esse processo.

O nosso PL está dividido dessa forma. Ele tem sete capítulos, sendo que disposições gerais trabalha os princípios, trabalha as diretrizes, os aspectos metodológicos, os seus eixos e objetivos, apresenta um reordenamento e implantação da proposta de serviço, as disposições finais. E ele tem anexos riquíssimos, sobre os quais vale debruçar.

Vamos lá. Disposições gerais, de forma bem objetiva. O PL propõe a efetivação dos direitos fundamentais da criança e do adolescente em situação de e na rua no Município de São Paulo, numa perspectiva de proteção integral em consonância com os marcos legais, já no anexo.

Já foi falado hoje, a Luana efetivou muito bem, mas vamos lá. Ele propõe a criação de um comitê com representantes das diversas secretarias - Direitos Humanos, Cidadania, Saúde, Educação, Cultura, Lazer, Trabalho, Empreendedorismo - e representantes da sociedade civil como responsável por isso também.

Próximo.

Qual é o objetivo desse comitê? O que o PL traz como essência do objetivo desse comitê? Ele propõe que o comitê participe de elaborar estratégia para o acompanhamento e execução da política, fundamentada nos princípios da indivisibilidade dos direitos, da intersetorialidade, da corresponsabilidade e da participação. O PL, em todo o seu corpo, vem especificando essas exigências.

E ainda continua: promover, assegurar a interlocução, a participação e integração das diversas secretarias municipais, da sociedade civil organizada, bem como a articulação entre os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário na garantia do direito da criança e do adolescente

em situação de e na rua.

Lindo, não é, gente? Não é sonho, não. Não é utopia, não. É possível e eu garanto para vocês, após 35 anos de militância, que isso é possível.

Próximo.

Quanto aos princípios, um conjunto de direitos fundamentais que reconhece a criança e o adolescente como sujeitos de direito, pessoas em condições peculiares de desenvolvimento, sendo prioridade absoluta nas políticas públicas de responsabilidade do Estado que venham a garantir a sua proteção integral. A nós, igreja, sociedade civil, nos cabe muitas vezes a ação caritativa. Ao poder público cabe a política pública.

Ainda reconhece a rua como um espaço de violação de direito. Aponta a necessidade do restabelecimento desse vínculo familiar, observando acima de tudo o superior interesse de quem? Não é meu, não é do técnico, não é do poder público, não é do educador. Da criança e do adolescente.

Ele ressalta a importância de respeitar o ciclo de vida e a autonomia da criança. Criança é gente, gente, tem desejo, tem sonho. É o protagonismo; embutido em todo esse PL tem o protagonismo. Eu não vou determinar que ela plante bananeira na praça. A criança tem opinião, é um ser humano. Muitas vezes, pelo poder público, não é tratada dessa forma.

Destaca ainda a necessidade de garantir o direito ao convívio familiar e comunitário; de respeitar as singularidades, as diversidades e as especificidades, considerando raça, etnia, gênero, orientação sexual, identidade de gênero, geracional, territorial, de nacionalidade, de posição política e de religião; observando a deficiência, entre outros; visando ainda o fortalecimento da identidade e de vínculo de pertencimento sociocultural.

Próximo.

Uma coisa, gente, que o PL traz muito forte é que chega, basta de punir a vítima. A sociedade tem um histórico que pune a vítima. Ah, a família é responsável. Ah, a culpa é dele. Quem mandou ele roubar? Então a sociedade tem uma cultura de punir a vítima. A família não é negligente. Quem negligencia é o Estado, quando abandona a criança e não trata ela como

prioridade absoluta. Aí, sim, quem negligencia é o Estado. A família não é negligente.

Ele propõe aí no seu reordenamento de implantação do serviço que deverá ser estabelecida uma rede integrada de atendimento à criança e ao adolescente em situação de e na rua.

Gente, uma coisa aqui, a proposta foi mapeada onde tinha o maior número de crianças de e na rua. Então há uma metodologia que é proposta de política pública, inicia com uma proposta na região central, mas não é para ficar na região central, é para espalhar onde a tal pesquisa está diagnosticando que tem criança de e na rua. Me parece que já ultrapassa os 500 pontos de crianças? (Pausa) Olhem lá, 700 pontos identificados.

Aqui temos uma proposta, podemos intitular, de um projeto piloto que vem na emergência. O que ele propõe? O primeiro núcleo é um serviço que é um núcleo composto por três tipos de serviços diferenciados.

O primeiro núcleo iria ficar e atender: região Sé, Liberdade, Vale do Anhangabaú e Baixada do Glicério. O segundo núcleo: República e Consolação. O terceiro núcleo: Bom Retiro e Santa Cecília. Hoje, provavelmente, se nós mapearmos, é a situação mais grave.

Pessoal, eu fico na Praça da Sé, 184, de frente para a Praça. Costumo dizer que quando abro a minha janela vejo um curso de pós-graduação, onde dali há de tudo. Abro a minha janela e vejo retratado o Brasil Colônia ou, se vocês quiserem, Capitães de Areia, de Jorge Amado. Vejo a olho nu, mas ninguém faz nada.

É óbito, facada, miséria, bebê nascendo, criança perdida, é o mapa da desgraça retratado nos dias de hoje. Próximo.

No artigo 21, vem dizendo que cada núcleo, que vocês viram no artigo anterior, previsto, deverá ser composto por três tipos de serviços que se complementam. Quais são os serviços de cada núcleo? Serviço especializado de abordagem. Não é o que está proposto aí hoje. Não é o que nós vemos. São profissionais especializados, com metodologia própria, com abordagem técnica. Como abordar esse menino que, muitas vezes, são meninos e meninas que você tem de desenvolver o ideal de vida deles. Até isso eles já perderam. Essa é uma abordagem

especializada. Não é uma política pública qualquer. Não é um puxadinho como nós chamávamos. Chega de puxadinho. É política pública especializada.

O segundo tipo de serviço é o acolhimento institucional específico para crianças e adolescentes em situação de rua. Específico, que tem de inteirar uma metodologia e argumento próprios, um centro de referência especializado para criança e adolescente em situação de rua.

Gente, é possível. A Pastoral do Menor de São Paulo já fez esse tipo de serviço. A abordagem era feita com redes de diversos esportes. Nós saíamos da Praça da Sé com um saco de bolas. Eram quatro ou seis educadores, cada um com um tipo de esporte e com uma metodologia de abordagem. Um aborda a relação familiar, outro aborda a violência, o seguinte aborda o tráfico. O educador trabalha com menino, com esporte, com lúdico, volta para o técnico e traz toda a sua observação. Isso era possível.

Se foi possível há anos por uma ação social, como não seria possível pelo Poder Público? Era uma abordagem técnica, especializada com muita técnica. Específica para aquele menino e aquela menina. Depois disso o atendimento do centro de referência, em seguida sim o abrigo. Não é um serviço obrigatório seguir essas três metodologias porque, o menino é um indivíduo a par; o menino pode estar pronto para abordagem, como pode estar pronto para ir direto para o abrigo. Mas esse técnico é muito importante, essa formação continuada que é prevista também nesse PL.

Próximo.

Os primeiros três núcleos que vocês viram serão responsáveis na articulação dos demais serviços da rede pública, visando ampliar o atendimento a essa população. Uma coisa extremamente importante que o PL prevê é que o gerenciamento dos serviços de cada núcleo será realizado pela mesma organização social. Por que, gente? Ah eu abordo, ah o outro abriga, ah o outro encaminha. O menino passa 10 vezes no mesmo lugar e ninguém faz nada. Então se não há um diálogo entre os técnicos, um plano de intervenção, se não houver uma proposta metodológica única que essa mesma organização consiga discutir, não vai haver intervenção que resulte em mudança da realidade dessa menina e desse menino. A proposta é que esse

núcleo, esse serviço, seja administrado por uma mesma organização.

Próximo.

O serviço especializado de abordagem social para criança e adolescente deverá ser executado observando.

Próximo.

Provavelmente, isso vai acabar sendo alterado. Funcionamento das 08hs às 24hs, em três turnos, assegurar o trabalho social, a busca ativa e de abordagem articulados com o acolhimento e com o centro de referência a relação de vínculo educação social de rua, encaminhamento e emergenciais. Atendimento à família que vise fortalecer o vínculo familiar e também o vínculo comunitário. Abordagem conjunta com a área da saúde ao trabalho com as demais secretarias. Não é um único serviço que vai fazer isso.

O serviço deve contar com uma equipe de multiprofissionais, devidamente formados, em número suficiente para o desenvolvimento do trabalho. Próximo, por favor.

No artigo 23 já vem apresentando a proposta do serviço de acolhimento especializado. Reordenamento da rede de serviço de acolhimento institucional, criando um mínimo dos três serviços que eu falei no início, adoção de estratégias diferenciada – exige uma atuação diferenciada – no atendimento e no nível do cuidado peculiar.

Não devemos possuir natureza de acolhimento compulsório. Favorecer o restabelecimento do vínculo familiar, autonomia, preparação gradativa para o desligamento e o retorno para a comunidade de origem e/ou para a vida adulta.

Estamos concluindo.

Funcionamento flexível permitindo a entrada e saída no período de 24 horas.

Próximo.

Não ter período definido para o desligamento. Cada caso é um caso. Cada menino exige um período de tratamento e de intervenção. Cada um tem a sua história própria, não pode determinar data para desligamento do projeto. Impossível isso.

É responsabilidade das equipes realizar o atendimento às famílias, a saída das ruas

e o retorno à comunidade de origem. Os que se encontram nas ruas, acompanhados das famílias ou de adultos de referência, deverão ser atendidos pelo serviço de acolhimento para adultos e para as famílias - que nem sempre há vagas.

Garantir alimentação adequada com qualidade e quantidade, seguindo os princípios da segurança alimentar.

Próximo.

O artigo 24 – Centro de referência. Serviços de modalidade em meio aberto, destinado ao atendimento de criança e adolescente, de seis a 18 anos, em situação de rua, ou que apresente vulnerabilidade social. Eles não são vulneráveis, eles são vulnerabilizados pela ausência do Estado. (Palmas)

Funcionamento das 08hs às 20hs, doze horas, inclusive, aos finais de semana e feriados. As ações integradas ao trabalho de abordagem e de acolhimento, facilitando os encaminhamentos e otimizando os recursos, preferencialmente, sobre uma mesma gestão institucional. Participação de outras secretarias oferecendo um serviço intersecretarial híbrido, que envolva, por exemplo, saúde, educação, cultura, esporte.

Próximo.

Disponibilizar atividades diferenciadas de sócio educação voltadas potencialidades e necessidades do usuário, com metodologias específicas e profissionais qualificados. Equipe multidisciplinar de atendimento individual, familiar e em pequenos grupos, de maneira continuada, especialmente nas áreas de educação, assistência social, psicologia, saúde, orientação jurídica e arte e educação.

Ofertar um ou mais refeições, lanches, de acordo com os princípios da segurança alimentar e da necessidade do menino.

Próximo.

Oferecer banho, claro, ações, cuidados de higiene. Isso tanto num serviço como no outro, ou seja, tanto no abrigo como no centro. A atividade deve estar associada ao processo pedagógico, conforme acordos firmados, disponibilizar o subsídio – isso é muito importante –

financeiro aos adolescentes por tempo delimitado, uma bolsa-convivência, a fim de facilitar o processo de retorno à família ou à comunidade de origem, o fortalecimento do vínculo e o favorecimento da autonomia.

Próximo.

Acabou? Não está indo mais?

Eu também acho que acabou. Seria mais a proposta nossa: “Políticas públicas já – criança de rua tem pressa”. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Pessoal, temos muito que conversar. Porém, já são 14h20min. Está certo? Então, eu vou passar, agora, para o Governo, porque acho que a introdução já foi iniciada em algumas coisas. Temos uma Mesa muito grande e muito rica. O que eu já quero combinar com todo mundo, aqui: que nos organizemos, mais ou menos, principalmente o Governo, de já deixarmos preparado o próximo *timing*, para conseguirmos terminar de falar com a Mesa e todo mundo, na agenda, porque isto vai ser um processo de trabalho. Pode ser assim?

Antes de terminarmos, então, agora, eu vou passar para o Sr. Douglas, que vem representando a Secretaria de Governo. Acho que todo mundo conhece o Sr. Douglas. Foi nosso Secretário Adjunto de Assistência Social. Estou muito feliz que esteja aqui, porque foi um dos poucos com que eu, Vereadora Juliana Cardoso, tinha conseguido contato e o que eu acho muito interessante no Sr. Douglas é o seguinte: é “sim, sim, não, não”. Diz: “Isso dá, Juliana. Isso não dá. Talvez haja um caminho aqui. Vamos tentar.” Então, muito obrigada por sua presença, pela Secretaria de Governo.

Antes que comece, eu preciso agradecer a uma pessoa que foi extremamente importante nesse rolê todo, de juntar todo mundo, tanta gente boa, tanta gente linda, tanta gente maravilhosa. É o Dr. Fabio, o Fabinho, a quem solicito uma salva de palmas. (Palmas) É ele que junta todo mundo. Tem paciência e conversa. Puxa aqui e puxa lá. Depois, foi puxando, também, as outras assessorias, a Roberta e o Júlio. Enfim, todas as outras assessorias foi puxando, também, aqui. Então, Fabinho, manifesto minha gratidão por toda essa experiência. Sempre

aprendemos muito com você. Sabe disso. É por isso que nós somos um coletivo. O coletivo Sonho, Resistência e Luta é para podermos fazer transformações sociais e esse projeto faz parte disso, da nossa história e da nossa luta. Minha gratidão, companheiro.

Sr. Douglas?

O SR. DOUGLAS GUALBERTO CARNEIRO – Obrigado, Vereadora, pelas palavras gentis e carinhosas. Boa tarde a todos e a todas. Quero saudar todos à Mesa e todos os presentes.

Vou ser bem breve, na verdade, eu vou, enfim, até marcar um tempo, para tentar controlar minimamente a fala, para que possamos nos organizar.

Háviamos conversado, já, em outra ocasião, justamente sobre esse PL. Esse é um PL fundamental dentro da política pública da cidade de São Paulo. Ele traz questões fundamentais. O processo de construção dele, envolvendo sociedade civil organizada, técnicos dessas políticas que estão contempladas dentro desse PL, além de uma série de agendas que foram estabelecidas, traz uma contribuição fundamental. Ele traz, sim, conteúdos que são importantes e relevantes e que fazem parte do cotidiano de todos os trabalhadores e trabalhadoras que atuam na linha de frente, justamente atendendo crianças e adolescentes em situação de rua, que são marcados e atravessados por diversas vulnerabilidades que estão muito bem sintetizadas aqui, em várias respostas que estão postas.

Eu quero trazer, até como ponto de contribuição, que eu entendo que audiência pública é, principalmente, um momento de termos escuta e diálogo, para entender outras manifestações e posicionamentos dentro do processo, mas, como esse é um tema com que já se lidou em diversas áreas da Prefeitura, é importante sistematizarmos alguns pontos que são objeto de discussão. Não necessariamente vão ser esgotados hoje, mas é um processo para conseguirmos avançar nessa regulamentação e aprimorar ainda mais esse projeto de lei.

Nesse sentido, eu destaco uma característica presente no projeto, do início ao fim, que é a intersetorialidade marcada e essa chamada posta. A Vereadora Luana Alves falou, anteriormente, sobre essa questão, de que, por vezes, essas violências institucionais que são

praticadas decorrem justamente dessa fragmentação do atendimento, dessa ausência de um acompanhamento da trajetória da criança e do adolescente entre os diversos serviços, benefícios e equipamentos de que a Administração Pública dispõe. Por vezes, essa falta de clareza e de um monitoramento mais efetivo incorre justamente em um reforço dessas violações de direitos e de outras violências às quais são submetidos cotidianamente. Então, esse é um ponto central e transversal, que precisa ser pensado a partir de uma legislação, de uma lei, que dá força e condições, a partir daí, à Administração Pública Municipal, ao Executivo, de se organizar em outras normativas decorrentes e ter isso como uma referência fundamental.

Um ponto importante, também, é essa reflexão sobre o trabalho social efetivo com as famílias, dentro do acompanhamento dessas crianças e adolescentes – não pensar apenas nos indivíduos, mas no seu pertencimento à família, à comunidade, porque esse também é um ponto central para se buscarem as raízes das condições que fomentam, por vezes, essa exclusão e violação de direitos. Aqui, um ponto central é pensar a integralidade e a inserção dessa criança ou adolescente dentro de uma trajetória mais ampla, a partir dos seus vínculos familiares e comunitários, também, como um ponto fundamental.

Há um ponto central, também, da proposta, que envolve a criação do comitê. Aqui, é um ponto de cautela e precisamos ter muito cuidado em relação a uma eventual sobreposição de atribuições entre outras instâncias de controle e participação social, como o CMDCA e o Comas, além da CMETI, a Comissão Municipal de Erradicação do Trabalho Infantil, e da CMESCA, a Comissão de Enfrentamento à Violência, Abuso e Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes, que, também, por vezes, se dedicam ao tema. Precisamos ter uma reflexão e um cuidado, para garantir que qualquer espaço de participação que já exista ou que venha a ser criado não esvazie agendas de outros espaços, mas também fortaleça as representações institucionais que já estão postas e que têm uma longa trajetória de contribuição, inclusive para chegar a esse documento.

Um ponto fundamental e que eu enalteço, também, é a previsão de uma obrigatoriedade de uma pesquisa censitária para crianças e adolescentes em situação de rua. A

SMADS pode detalhar melhor. Já está em um processo, também, de elaboração e execução dessa pesquisa. Temos consciência e clareza de que o censo da população em situação de rua adulta, que já está na sua sétima ou oitava edição, é uma conquista importante, um marco na história, para traçar um perfil da população em situação de rua e ter uma incidência no debate público, mas também temos clareza de que a metodologia posta no censo para adultos não dá conta de crianças e adolescentes, pelas dimensões da marcação que está posta na lei, entre criança “de rua” e “na rua”, e pelas dinâmicas que envolvem essa situação. Isso afeta profundamente a qualidade de dados que a Prefeitura e pesquisadores eventualmente venham a ter, para, de fato, se debruçarem sobre o tema. Então, ter essa previsão traz um aporte fundamental para o processo.

Por fim, há uma preocupação, também, com questões mais formais dentro da estruturação do PL, envolvendo desde a técnica legislativa. Temos sempre como referência a Lei 17.252, aprovada em 2019, que consolidou a política municipal para a população em situação de rua e que traz, em termos de forma e técnica legislativa, um instrumento importante, que também precisamos ter como referência, para buscar esse espelhamento, na medida do possível, na forma. Há conteúdos específicos, mas ter uma estrutura similar fortalece bastante as maneiras que a Administração Pública vai ter para implementar essa legislação e, a partir daí, conseguimos buscar essa especificidade para crianças e adolescentes na rua, tendo, também, essas duas políticas correlacionadas e integradas de uma forma mais efetiva.

Agradeço. Muito obrigado. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Muito bem. Obrigada, Sr. Douglas. Então, agora, vou passar para a Sra. Priscila, que está representando a Secretaria de Assistência Social. Não sei se já a conhecemos ou não.

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Na reunião do Comas? Muito bem. Então, Sra. Priscila, está com a palavra.

A SRA. PRISCILA PEREIRA ALVES SCHARTH GOMES – Boa tarde a todos.

Saúdo todos, na figura da Vereadora Juliana Cardoso. Agradeço pelo convite e pela oportunidade de estar aqui, falando sobre esse projeto.

Nós, da Secretaria, entendemos ser de fundamental importância a aprovação desse projeto e a instituição de uma política de atenção integral às crianças e adolescentes em situação de rua. Esse PL chegou, no ano passado, para que a gente pudesse analisar, propor algumas sugestões. Então, a gente tem, ao longo desses meses, feito esse exercício de análise, de reflexão sobre o que está posto aqui no PL, pensado em contribuições que a gente pode trazer para o texto, a fim de qualificar, de fortalecer a proposta que se coloca.

Tem sido discutido com a Secretaria de Educação, Saúde, Cultura, Lazer, Habitação. Foi feito um grupo de trabalho para refletir sobre esse projeto. A gente tem encaminhado uma proposta de um substitutivo, que a gente entende que qualificaria, fortaleceria a proposta. Então, nessa proposta, esse substitutivo a gente entendeu que era importante ampliar o entendimento do que estava sendo proposto para toda a cidade. A gente entende que essa proposta era inicial de um projeto, a partir dos dados que vocês tiveram do levantamento em 2015, dos diagnósticos da concentração aqui na região central. Mas, a gente entende também que, a partir dos dados do censo, que está em andamento, a gente vai conseguir ter um diagnóstico da situação de crianças e adolescentes em situação de rua e na rua em toda a cidade. Então acho que isso também será um passo fundamental para garantir que o que está sendo proposto aqui seja implementado de forma mais efetiva.

Então assim, a partir disso, a gente fez algumas reflexões nesse sentido, de ampliar essa - entre aspas - capilaridade do que está sendo proposto. Então, assim, não citar, especificamente, a região central, aqueles distritos, o número de serviços, mas estruturar de fato quais são as políticas que até então a gente se baseou no que temos de diretrizes já vigentes, a partir do ECA, do SUAS e das legislações das Secretarias de Educação, de Saúde.

Então, o nosso objetivo foi a partir do que está tipificado, do que existe de políticas a gente propor como que se faz. Como que a gente melhora essa atuação, a implementação dessas políticas, para de fato estar garantido uma atuação que seja intersetorial, que seja

integrada. Que entenda aquela criança, aquele adolescente como um indivíduo. Porque, às vezes, acho que o nosso maior desafio, enquanto política pública, é sair das caixinhas. Sair da caixinha da educação, da saúde, da assistência. E entender que aquela criança, ela é uma.

Então, acho que é uma mudança da perspectiva, talvez, que seja necessária na implementação das políticas. A gente sair do papel de “ah, eu, Secretaria de Assistência faço isso, mas entender quais são as necessidades daquele indivíduo, quais são as especificidades daquela criança, daquela família, para assim a gente conseguir pensar quais são os encaminhamentos e quais são as atuações e políticas necessárias.

O que a gente também tem discutido nessa proposta de substitutivo, acho que foi assim muito legal, porque é isso, ele aproximou todas essas Secretarias para estarem sentando juntas e refletindo sobre...

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. PRISCILA PEREIRA ALVES SCHARTH GOMES – Não, ainda não. Ainda não está pronto. (Risos)

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. PRISCILA PEREIRA ALVES SCHARTH GOMES – Ele está em construção.

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. PRISCILA PEREIRA ALVES SCHARTH GOMES – Isso, a gente está indo nesse processo de construção desse grupo de trabalho envolvendo todas as secretarias.

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. PRISCILA PEREIRA ALVES SCHARTH GOMES – É isso. Então, a gente sentiu um pouco que tem uma centralidade muito grande na política de assistência social, e é claro, pela política em si. A gente entende que a política de assistência social é fundamental. Ela tem um protagonismo, mas a gente entende também que essa situação é muito complexa e não se resolve apenas com a política de assistência.

Então, o que é supernecessário é o comprometimento de todas as outras secretarias. Estamos falando aí de acesso à renda, trabalho, habitação, de todas as situações que permeiam.

Então, acho que isso tem sido um processo muito legal, de todos sentarem juntos e refletirem juntos a respeito.

O que mais que eu posso falar? Ah, um ponto que acho que o Douglas falou e que a gente tem discutido bastante é o da importância de a gente fortalecer as instâncias de controle social que já existem. Então, assim, a gente entende que seria fundamental o fortalecimento do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente nesse papel de monitoramento. Porque a gente tem uma Resolução do CMDCA, que fala justamente sobre qual é a atribuição do Conselho nesse monitoramento, na definição das diretrizes das políticas de atendimento para as crianças e adolescentes em situação de rua e na rua. E ele fala sobre essa atribuição do Conselho, justamente em fazer o monitoramento, em acompanhar as ações, em articular com as secretarias. É um conselho que existe, que está instituído e deve ser fortalecido.

Acreditamos que isso possa estar... essa atribuição... Talvez não seja necessária a criação de um comitê, mas que possa ser fortalecido esse papel, essa atribuição dentro do CMDCA. Porque há esse órgão colegiado deliberativo, que tem a participação da sociedade civil, do Poder Público. Então, as Secretarias têm representantes nessa instância; a sociedade civil tem representação nessa instância.

Então, a gente acha que pode conversar sobre qual seria a melhor estratégia. Seria, talvez, criar uma comissão permanente, uma comissão extraordinária, talvez um grupo de trabalho ampliado, onde a gente tenha, não só a participação dos representantes, que já estão no Conselho, mas de outros atores.

Acho que esse é um caminho que podemos desenhar. Acho que a gente, também, tem tido algumas experiências em outras instâncias da política, que podem contribuir para esse processo. Então, no âmbito da política da primeira infância a gente teve a publicação de um protocolo integrado de atendimento a crianças e adolescentes vítimas de violência, um protocolo de gravidez na adolescência, que tem trabalhado nessa atuação intersetorial, na capacitação dos atores da rede direta e indireta, das secretarias envolvidas nessas situações. Então, é uma experiência que pode contribuir para essa construção da política integrada de atenção às

crianças e adolescentes em situação de rua.

Temos discutido algumas estratégias de implementação de sistema integrado de informação, no âmbito de protocolos. Então, acredito que isso também é algo que fortalece essa possibilidade de construir alguns dos pontos que estão elencados no PL.

Então essa questão do acompanhamento das informações, dos encaminhamentos, de não se perder o que tem sido oferecido a essa criança, acredito que algumas estratégias tem sido já pensadas e construídas, no âmbito das políticas públicas e que vão colaborar bastante nessa nossa discussão.

Obrigada, gente.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) - Obrigada, Priscila.

Mas, um ponto que estamos preocupados, porque quando você fala assim: porque já existe muita tipificação, decreto, serviços, de fato, existe, a gente sabe disso. Mas, o projeto de lei vem exatamente no sentido de enxergar toda essa tipificação e todos esses serviços para que possa ter fundamento para esse tipo de programa.

Então, o que vocês trazem para nós como substitutivo, no qual a gente teve acesso, ele diverge totalmente do projeto de lei que a gente apresentou. Porque a gente teve acesso a ele antes de você. Agora, claro que a gente não sabe especificamente se já houve outras mudanças, porque na última reunião, ainda quando estava Secretário da Casa Civil, o Trípoli, a gente já tinha o projeto de lei, que foi pensado pelo Governo. E a gente falou: “Olha, esse projeto não é o que a gente mandou e não é o que a gente concorda.”

Então, de lá, a gente já queria ter feito um grupo de trabalho com vocês para a gente poder enxergar cada ponto e discutir cada ponto deles. Então, essa é um pouco a nossa divergência.

Vereadora Luana, temos ainda muita gente para falar, então, um segundinho para poder ir, porque tem uma mesa longa, temos meia hora só.

A SRA. LUANA ALVES – É só para agradecer a todos a audiência, dizer que eu estou indo embora, sei que tem muita gente para falar.

Mas, muito rapidamente, só para dizer para a Priscila, representante do Executivo, que eu acho que seria muito interessante a gente fazer um GT para poder acompanhar a elaboração do substitutivo que o Governo está fazendo. Seria bem interessante para a gente conseguir fazer um grupo oficial de trabalho, assim como tem entre o Legislativo e várias Secretarias, é super comum, a gente poder fazer um específico sobre esse PL, para a gente conseguir ter um espaço permanente para negociar os pontos do projeto. Só essa proposta de encaminhamento.

Muito obrigada pelo espaço, um abraço.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Obrigada, Vereadora Luana, exatamente isso que a gente quer como proposta, sair com uma comissão permanente para poder dialogar com o Governo.

Gente, eu queria tentar combinar alguma coisa, nós temos uma mesa rica, faz tempo que não temos, conseguimos nos encontrar presencialmente. Sei que tem muita gente inscrita e muita gente quer falar, mas eu queria que a gente tivesse oportunidade de ouvir a Mesa e, como eu falei, sugerir duas coisas: primeiro, sair daqui com outro encontro maior e mais amplo. Mas, sair daqui, também, se o Governo topar, com um grupo de trabalho em cima do projeto de lei.

Podemos, então, só ouvir a Mesa nesse período de 20 minutos que falta?

Então, eu quero chamar agora o Dr. Lélío. Aliás, desculpe-me, vamos falar com o Gustavo, do Comas, e depois eu queria que o Dr. Lélío se posicionasse para falar e o Dr. Eduardo Dias.

O SR. GUSTAVO FELICIO FERREIRA PINTO – Boa tarde a todas e todos, queria cumprimentar aqui a Vereadora Juliana Cardoso, em nome de quem cumprimento todos os membros aqui da Mesa e os demais Vereadores aqui da Comissão e dizer em breves palavras eu sei que o nosso tempo aqui já está bem escasso, como meus colegas já me anteciparam acho que eles falaram boa parte do que a gente tinha que falar, mas eu quero falar muito focar muito em nome do Comas, esse órgão importante de controle social, de deliberação e controle da política de assistência na cidade de São Paulo. O Comas já teve acesso, já discutiu, por meio

da Comissão de Políticas Públicas a minuta, o texto apresentado de autoria da Vereadora Juliana Cardoso, Eduardo Suplicy, Carlos Bezerra, Elaine do Quilombo, Luana Alves e também do Toninho Vespoli, que é um projeto extremamente importante e necessário para nossa cidade. O Comas vem se manifestar e reiterar o seu total apoio a esse projeto de lei, Vereadora e Vereadores aqui presentes.

Evidente que a gente está hoje aqui nessa audiência pública para fazer essa discussão, entender, ouvir a sociedade civil, vimos como foi rica essa construção, como foi importante ouvindo diversos atores do sistema de garantia de direitos da sociedade civil, o Governo, Secretaria, todo o sistema de Justiça, Ministério Público, enfim, isso traz uma importância, traz um peso, traz uma riqueza para esse processo, para esse projeto, que o qualifica já, como foi aprovado em primeira votação, para ampliarmos esse debate na cidade de São Paulo, sobretudo, no contexto em que vivemos hoje de crise econômica, crise política, que afetou e afeta a vida de milhares de pessoas, sobretudo, a ponta mais vulnerabilizada, que são as crianças e adolescentes, não as vulneráveis, mas vulnerabilizadas.

Inclusive é uma alegria hoje rever tantos amigos de caminhada, de trajetória, de lutas, já militamos há muito tempo nessa área, sobretudo, de criança e adolescente. Então, para mim é uma honra estar aqui, então, novamente reiterar a nossa o nosso apoio, inclusive a sugestão da Vereadora Luana de um grupo de trabalho, podem contar com o Comas. O Comas por meio da sua Comissão Permanente de Políticas Públicas pode indicar os nomes para que possam compor essa comissão, esse grupo de trabalho. O texto é muito bom, o texto foi muito bem escrito a partir das contribuições do Neca, desse grupo que se debruçou, mas acho que se tivermos pontos que podemos melhorar a partir da realidade, como a própria Vereadora trouxe, não queremos um texto por si só, queremos algo que possa ser sancionado na sua integralidade, estamos aqui para isso: reforçar a importância, também não quero me alongar aqui, mais uma vez, parabéns, Vereadoras e Vereadores, que estão aqui presentes por essa importante iniciativa.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Obrigada, já é uma boa notícia, já estou feliz aqui.

Dr. Lélío, vamos conseguir uma reunião coletiva, a palavra está com o senhor.

O SR. LÉLIO FERRAZ DE SIQUEIRA NETO – Agradeço o convite da senhora, Vereadora Juliana Cardoso, e dos demais membros da Mesa, quando eu vi o projeto pela primeira vez, Já faz um mês e pouco, deixa eu falar mais claro para a senhora: o procedimento que está em tramitação na promotoria é do outro promotor, Dr. Geraldo, ele não pode participar e, como o convite veio para mim, eu não vou me negar a participar, inclusive sobre a situação de ontem, eu falei com o Dr. Eduardo, nos encontramos pessoalmente ontem, comentamos sobre essa situação, flagrantemente reveladora, que vem acontecendo.

Então, voltando aqui, quando eu vi o PL achei sensacional. Atuei nessa área até 2012 até foi legal que na época quando eu estava com o Max Dante, que era do Travessia, não sei se está ainda, o Max, hoje, faz bastante tempo que eu não falo com ele. Eu falei: “Max, não adianta fazer avaliação se não tiver uma lei.” Nada vai se sustentar se não tiver uma lei, porque você entra gestão, sai gestão, e as pessoas mudam, saem técnicos.

Quando eu vi o projeto de lei, Vereadora, fiquei encantado. Até acho importante o que o Mário trouxe de uma conversa um pouco diferenciada, mas acho que é realmente necessário que a coisa se estabeleça. Tem todo o fundamento técnico, inclusive, muito bem escrito. Enfim, acho que a Vereadora Luana falou tudo o que eu queria falar, muito do que ela abordou – ela não está mais, acabou saindo - era o que eu penso.

A questão do acompanhamento longitudinal, vai ter que ter mesmo, é fundamental para qualquer política se sustentar e algumas pendências, achei o ambiente favorável do MP, não posso falar pelo Geraldo, mas por mim eu falo. Vai ter apoio, o Dr. Eduardo está aí, nosso Procurador, amigo, um cara que aprendi a vida inteira, meu grande mentor, como de todo mundo aí. Realmente, para mim, é um prazer estar num momento desse. Quando eu vi o PL, eu fiquei absolutamente encantado com a qualidade, porque as coisas se constroem na base, não é Vereadora? É isso o que eu acho, se colocar a coisa para andar vai se construindo. Porque

assim, é muito complicado fazer um esquema perfeito, o ótimo é inimigo do bom. A questão que a colega falou anteriormente, de ter uma instituição, por exemplo, que faça todo o acompanhamento, de começo, meio e “fim” é essencial. Há várias ideias, mas essas são construídas na prática.

Então, acho que o Senador se colocou lá, na questão orçamentária, que é fundamental. Mas, realmente eu só vejo vários, tenho vários aspectos para falar, mas todo mundo já falou. Então, a colega do Comas acabou de comentar (falha na transmissão) um momento de (falha na transmissão) coisas importantes (falha na transmissão).

Então, assim, é um momento muito importante, porque a situação realmente (Falha na transmissão). Então (falha na transmissão) anteriormente. E tem relação de direito. O Eduardo acho que pode falar melhor do que eu. O que eu vejo é que temos de estabelecer regras um pouco mais específicas na prática. A questão da abordagem de rua, daquele SEAS, nisso não deu certo. Alguém falou aqui, não me lembro quem falou aqui, tem de ter uma norma técnica, não sei como é que está na SMADS isso, para sustentar a tipologia, sustentar a metodologia. Isso está sendo elaborado pela SMADS, que eu sei. Inclusive, para ser submetido ao Comas, não sei se já foi ou não. A questão da central de vagas é outro grande buraco que temos aqui.

Então, tem vários aspectos, como a proposta de um NAE - Núcleo de Atendimento, integrado com os demais serviços da rede, que é outro ponto que acho que tem que ser aprofundado, mas, entendo, a partir da aprovação da lei. Sou novo na área, sei que há todo um tempo de maturação legislativa, mas não entendo o quanto seja necessário avançar tanto assim para se estabelecer uma política que está bastante consistente e é necessária há muito tempo. Estou falando de 14 anos atrás, quando estive em um cargo de coordenação. A gente já via isso acontecer na Cidade; e, de lá para cá, sucederam-se avaliações, censos, e continua a mesma situação.

Uma coisa que eu acho importantíssima, que está no projeto, é a questão de se referenciar na região. Porque fica todo mundo, a maioria na região Central, mas muitos têm sua convivência comunitária fora do Centro. Não me lembro qual foi o colega que falou, não sei se

foi a Vereadora Luana, sobre a questão dos sistemas que não se conversam. Mas só a prática vai estabelecer esses detalhes operacionais.

Há uma ação civil pública inclusive, que foi o Dr. Eduardo que deu entrada, uma maravilhosa ação civil que está em fase de execução, que, com todo o respeito, está apertando a Municipalidade em relação a algumas regras sobre esse tema, que também está em andamento.

Por fim, me coloco à disposição da senhora e de todos para uma conversa mais específica; e parabenizo a iniciativa (falhas na transmissão). (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Obrigada, Dr. Lélío.

E fica já o convite para o senhor, se puder também participar do nosso grupo de trabalho, será muito importante. Dr. Eduardo Dias, posso passar primeiro a palavra para a Dra. Camila, da Defensoria? (Pausa)

A SRA. CAMILA CRISTINA DOS SANTOS – Boa tarde a todos, todas e todes. Vereadora Juliana, obrigada.

A Defensoria agradece o convite ao Núcleo Especializado da Infância e Juventude. Foi bom ouvir a memória recuperada pela Tânia, acho que em muitos desses momentos a Defensoria estava presente, compondo junto. Então, parabenizo pela construção desse PL, que foi uma iniciativa coletiva e que levou em conta os principais atores, que são as crianças e adolescentes, e isso é fundamental.

A Defensoria se coloca à disposição. Apoiamos inteiramente o PL e nos colocamos à disposição para compor o GT do substitutivo. Contem conosco, e parabéns pelo trabalho. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Que ótimo, Dra. Camila. Muito obrigada.

A SRA. SUELI MARIA DE LIMA CAMARGO – É bem rápido. É só para manifestar o mesmo encanto que o Dr. Lélío trouxe: o grupo de organização do PL soltou uma nota de apoio, e a última consulta nossa já estava com mais de 35 mil apoios.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – De assinaturas em prol da aprovação

do projeto. (Palmas) Muito bem. Dr. Eduardo Dias, Procurador, pessoa que está sempre perto de nós e sempre nos ensinando. Desde que me entendo por gente, lá de Sapopemba, era o primeiro a chegar quando havia confusões, principalmente em relação ao esquadrão da morte que havia na minha região.

Seja muito bem-vindo, Doutor. Obrigada.

O SR. EDUARDO DIAS DE SOUZA FERREIRA – Primeiramente, obrigado. Parabenizo a Casa, na pessoa da Vereadora Juliana Cardoso, o Vereador Suplicy, o Covereador Júlio, a Vereadora Luana, o representante Gustavo, do Poder Público, o Douglas, que eu já conhecia e agora está na Secretaria de Governo, e a Neia, que não sai do meu pé (risos), é o meu carma, mas com muito carinho sempre. Eu não podia deixar de me referir, na plateia, ao Jorge Arthur.

Quero chamar a atenção, inicialmente para duas coisas. Primeiro, realmente vejam no *síte* quantas pessoas estão hoje subscrevendo e apoiando esse PL, fruto desse movimento que nasce ali na Pastoral. Esse PL retoma a trajetória do próprio Estatuto da Criança e do Adolescente, que foi um projeto que veio das bases das ruas. Um dia ainda será contado em documentário, em imagens, como foi a aprovação em Brasília. O então deputado, membro do Ministério Público à época e já aposentado, Plínio Arruda Sampaio, abriu o som do seu telefone, que se espalhou para os plenários e para as galerias, e o ECA foi aprovado por votação unânime. Isso não impediu que, um ano depois, o Governador de São Paulo, ex-membro do Ministério Público, Fleury Filho, dos 111 da Casa de Detenção, coordenasse uma comissão pelo rebaixamento da idade penal. Porém, O Ministério Público é diverso e complexo, como nossa sociedade, e é com muita alegria que, em 2006, vimos a Lei da Defensoria no Estado de São Paulo com essa energia. Porque há coisas que são da Defensoria, outras, do MP, e outras, para caminharem juntas, pois há essa sinergia, como foi essa audiência na Casa da Defensoria, em 2015, 2016, que a Tânia mostrou.

Do ponto de vista formal, eu só gostaria – visto que esta é uma audiência pública dentro do PL – que essa relação que a Tânia deu, já pedida outra vez nesta Casa, fizesse parte

dos Anais desse projeto. Assim como faz parte dos Anais do projeto, em um dos anexos, aquele excelente material que foi produzido com o dinheiro público, financiado pelo CMDCA e que ficou mofando nos armários do local de formação da Assistência Social no Ibirapuera, que não foi distribuído. (Palmas) Trata-se da origem documental, metodológica, científica bancada e financiada pelo Poder Público, com apoio técnico do NCA, colegas da PUC, da grande escola da Aldaíza.

Não só esse projeto, que o Douglas me lembrou agora, tem que ter essa sinergia, mas também PL que fala sobre a Política Municipal de SUAS, que é sangue, suor e lágrimas da professora Aldaíza Sposati, de quem eu não poderia deixar de falar. (Palmas) Se hoje estou aqui, é mais por conta da minha trajetória na universidade, na PUC de São Paulo desde 82, aprendendo com Paulo Freire, com Forasti lá em Capela do Socorro, na Estrada do M'Boi Mirim, e com o hoje professor titular Wagner Balera. Também a área de Extensão da PUC de São Paulo levou a nossa aluna de TCC a trabalhar por um ano em conjunto com a Sueli. Ela tinha um tema, mas, depois de uma reunião com a Sueli, mudou totalmente do que iria fazer para aquilo que ela fez.

Isso tem muito significado, porque é inadmissível que em uma cidade-país de 12 milhões de habitantes, que tem em seu território as melhores universidades do Brasil e da América Latina, haja uma situação como essa. Houve uma única prefeita que realmente se sentou e modificou isso em 1991, com a criação do CMDCA, e inovou a legislação. Se pegarmos a legislação e vermos como está hoje, o CMDCA é um arremedo, porque ele está como terceiro escalão na Secretaria de Direitos Humanos, quando deveria estar no Gabinete do Prefeito, como diz a lei de 1991, assim como está hoje no gabinete o Comitê de Primeira Infância. (Palmas)

Muito bem disse o Douglas: tem que ter essa sinergia, um comitê não pode atrapalhar o outro, mas isso não foi pensado quando se idealizou o Comitê de Primeira Infância. Aliás, curiosamente, publiquei no meu Facebook um texto sobre isso a partir de uma matéria publicada no jornal *Valor Econômico* de hoje. Porque é muito simples: hoje prefeitos e governadores, independentemente do partido – isto também é preciso que seja dito, porque essa luta não vem

de agora – ganham prêmios pela primeira infância enquanto aniquilam a política de proteção integral. (Palmas) E a lei de primeira infância é muito importante, sim, especialmente na área da saúde.

Mas, quando se cria visitador ignorando agente comunitário de saúde, ignorando conselhos tutelares, ignorando CRAS e CREAS, é um risco, é um peleguismo, é criação de cabide de emprego. (Palmas)

E quando não se coloca o conselho dos Direitos da Criança em prioridade, no plano de gestão de Governo, eu pedi para entrar e tive autorização do Conselho Superior do Ministério Público. Depois tive de pedir para sair de CMESCA e Semet, porque não se andava, não se operava, sequer na organização do Carnaval. Quem fazia parte da organização do Carnaval? O Paulistur não participava e não tinha representantes naquilo, e somente quando houve a Copa do Mundo sentou-se todo mundo para conversar.

Então, essa reflexão é importante que seja feita. É importante que esse termo entre nos anais do PL; e eu agradeço e parablenizo esta Casa por essa iniciativa. Ai São Paulo volta a fazer jus àquele logo da sua bandeira: Ele não é conduzido, ele conduz; porque vai ser a primeira lei nacional, e a resolução do Conanda só sai de pressão desta cidade, da Promotoria de Defesa, na época em que eu ocupava, e do CMDCA, que envergonhados, soltaram a sua resolução, antes que São Paulo soltasse a daqui.

Muito obrigado e parabéns a esta Casa e à Vereadora Juliana Cardoso. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Obrigada.

A gente queria saber do Governo. Na próxima sexta-feira, às 10 horas da manhã, escolham onde a gente pode ir até vocês, ou a gente pode dar continuidade dessa conversa para o grupo de trabalho nessa composição. Não sei se o Dr. Lélío pode vir. Se não, pode pedir para alguém vir. Pode vir o Sr. Eduardo Dias.

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPLICY – Sra. Presidente, só queria aqui cumprimentar a fala do nosso querido Dr. Eduardo Dias. Tenho o acompanhado desde os tempos de 1991, no Governo Luiza Erundina, com a Sra. Aldaiza Sposati e tantas outras pessoas. Ele

deu uma contribuição muito importante.

Obrigado.

O SR. EDUARDO DIAS DE SOUZA FERREIRA – O Sr. Gustavo me deu a notícia de que já foi criado lá. Já está em formação o comitê de criança, de abordagem de criança, pelo menos, nessa área central. Agora na sexta-feira, haverá uma reunião na Cúria, porque a situação, na Sé, está insuportável. Vão morrer mais crianças.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Não nessa sexta-feira, na próxima, na outra.

O SR. LÉLIO FERRAZ DE SIQUEIRA NETO - Então, quanto ao procedimento, eu teria que falar com o Dr. Geraldo. Se ele não puder, eu me comprometo a participar então.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Está certo. Então, sexta-feira, tudo bem, Sr. Douglas?

O SR. DOUGLAS GUALBERTO CARNEIRO – Seria dia 1º.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Não nessa sexta-feira, na outra. É dia 8?

O SR. DOUGLAS GUALBERTO CARNEIRO – É dia 1º de julho. A princípio, sim. A gente só precisaria confirmar, porque, como vai envolver outras áreas e outras secretarias dentro da Prefeitura, a gente precisa verificar a disponibilidade de agendas de outras pessoas, mas a gente consegue pactuar uma resposta.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Está. Então, podemos deixar duas datas: uma para o dia primeiro e outra para o dia oito. Pode ser? (Pausa) O senhor poderia ser o interlocutor de todas essas pessoas do Governo, para poder dar conta

Dr. Eduardo Dias, O senhor pode na agendinha, às 10h, para o dia 1º e o dia 8? Então, vamos colocar primeiro o dia 8.

Tem a palavra a Sra. Neia.

A SRA. NEIA ARANTES – Boa tarde. Agradeço o convite. Na verdade, é o Sr. Neto que o coordenador da comissão permanente. Eu hoje estou coordenador da Comissão de

Política Pública da cidade de São Paulo dos conselhos tutelares.

Conheço esse PL porque eu também estive lá atrás e eu participei de toda discussão. Há muitas questões que a gente precisa apontar. A gente já apontava na ocasião. Não há como ser realmente uma política para a região central.

Hoje a gente enxergando a cidade de São Paulo - eu estou voltando agora para o conselho tutelar - a gente vê que a política, a situação e o perfil da criança e do adolescente em situação de rua mudou. Houve uma alteração. O perfil de quem alicia mudou também, e o perfil da violação também.

Então, na verdade, nós estamos numa situação em que a gente precisa pensar numa política de Estado. É uma política voltada para o Executivo Municipal fazer uma política de Estado. A gente viu alguns serviços aqui. Por exemplo, a cidade de São Paulo não tem como não ter serviços nas 24 horas para atendimento. Não existe isso mais.

Outra coisa é importante saber. Aí a gente precisa ver. Como se está numa fase de estruturação, de complementar, qual foi o levantamento? A gente precisa fazer um levantamento. Eu pedi para as secretarias o seguinte: Nós não temos ainda, na cidade de São Paulo, nas regiões mais vulneráveis, CREAs. Então, a gente precisa voltar lá e pensar no que nós temos de proteção integral, para a gente buscar essa questão da situação de rua, que está caótica na cidade de São Paulo.

Quanto à questão desse comitê, muitas coisas se resolvem. Eu falo para o Sr. Douglas, Com a regulamentação da lei 13.431, ela traz tudo isso que a gente pensa aqui. Ela traz a questão desse comitê intersetorial. Inclusive traz o CMDCA como seu gerenciador, como aquele que vai impulsionar isso para acontecer na cidade de São Paulo.

Essa lei precisa ser regulamentada urgentemente. Aí a gente consegue visualizar o que há de serviço ainda, porque ela traz ainda inclusive a segurança pública, Judiciário. Ela traz também Secretaria de Assistência, Saúde e Secretaria de Educação. São as três linhas de frente aí.

E a gente precisa pensar numa política macro. Não é só uma política de

intersectorialidade, mas intermunicipal, porque muitas dessas crianças e desses adolescentes vêm de outros municípios. Como é que a gente abarca isso e vem para a região central? Não só para a região central. Vão também lá para Santo Amaro e para todas as regiões desta Cidade, inclusive São Mateus. Então, a gente precisa. Entendo que é um avanço, e a gente tem aí, mas não se dá conta hoje de atender à necessidade de uma política efetiva e integral, para atender às crianças e adolescentes em situação de rua, porque, dentro da situação de rua, nós encontramos drogadição, exploração do trabalho infantil, exploração sexual e “n” outras coisas. Tudo isso está embutido, e a gente precisa da segurança pública também voltada dentro disso. Eu acho que a gente avança com isso. A gente tinha mais coisas para falar, mas eu acredito, com o tempo e com essa construção desse GT, nós, enquanto comissão permanente sim nos colocamos para participar.

Nós, este estamos lá na ponta, conselheiros tutelares, que ficamos as 24 horas sabemos muito bem qual é o diagnóstico, qual é a realidade da cidade de São Paulo. A cidade de São Paulo hoje não tem um diagnóstico vivo da situação de qualquer tipo de violência ou violação contra criança e adolescente, e a gente precisa fazer esse levantamento urgente. É isso.

Boa tarde e obrigada. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Obrigada. Muito bom.

Então ficamos assim: Para o encaminhamento, deixamos o dia 1º e o dia 8. A interlocução vai ser com o Sr. Douglas. Sobre essa lista que foi dessa audiência pública eu me comprometo, junto com a Comissão de Saúde em pensar uma nova audiência pública após o recesso, que é o tempo em que esta comissão vai estar se organizando, e a gente inicia a audiência pública em cima das pessoas que estavam inscritas. Falo do diagnóstico que foi feito, e aí as pessoas que estavam inscritas.

A gente começou ao meio-dia e meio e terminamos às três horas. Temos muitas coisas para falar. Foi uma mesa muito rica e a representação foi mais rica ainda, e a gente acha que hoje conseguiu dar um passo bastante importante, para começar a dialogar sobre esse

projeto de lei.

Muito obrigada a todos. Tenham todos uma boa tarde.

Está encerrada essa audiência pública.bb